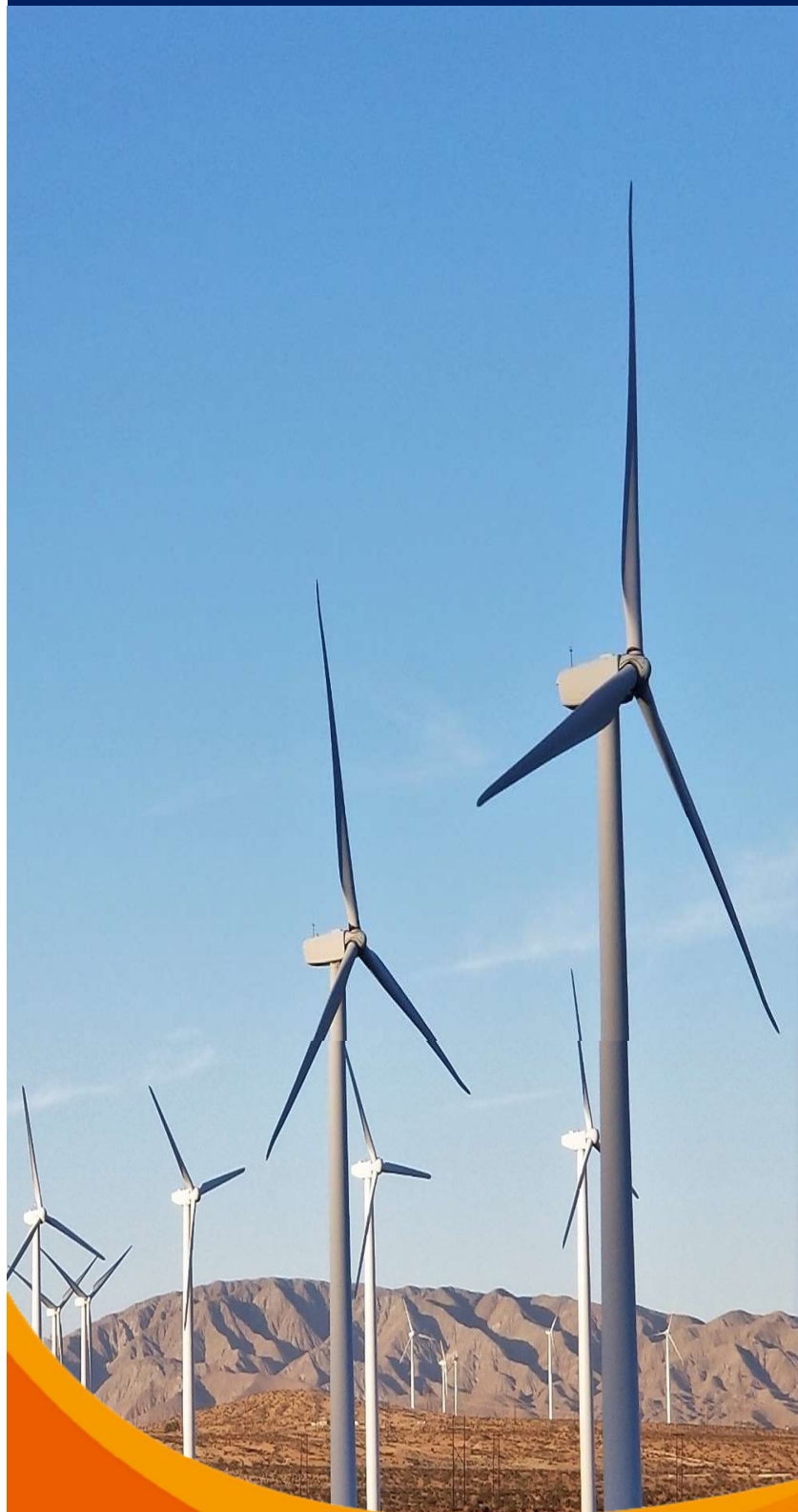




Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2024
e 2023
e relatório do auditor
independente



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixas	11
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	14

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas
Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Serra do Seridó F2 Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

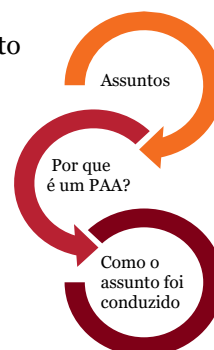
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita (Notas 3.14 e 17) A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada, a cada ano e quadriênio contratual, para a apuração de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia. Esse mecanismo pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber. Desta forma, a receita é mensurada considerando um julgamento crítico da diretoria relativo ao atingimento de geração de energia mínima contratual no tempo estipulado em cada contrato. Em decorrência do julgamento crítico da diretoria na mensuração da receita em relação ao atingimento de geração de energia mínima contratual estipulado em cada contrato, consideramos essa área relevante para nossa auditoria.	Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu os seguintes principais procedimentos: (i) o entendimento dos controles relevantes implementados pela Companhia para obtenção dos de geração de energia bem como apuração das diferenças entre energia gerada e contratada; (ii) leitura dos termos contratuais que determinam as quantidades firmadas com os clientes; (iii) recálculo da receita considerando os termos contratuais negociados e os volumes gerados; (iv) inspeção, em base amostral, da documentação suporte da energia gerada e entregue, comparando-a com a receita reconhecida contabilmente; e (v) leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para o reconhecimento da receita são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela diretoria, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Patricio Marques Roche
Signed By: Patricio Marques Roche 39300540734
CPF: 86200540734
Signing Time: 28 March 2025 | 18:11 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Issuer: AC SINGULARID Multiple
AA7805426720462

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro

(em reais, exceto se indicado de outra forma)



		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	922	39	1.101.846	548.033
Títulos e valores mobiliários	5	66.758.760	827.303	137.410.027	46.346.853
Contas a receber	6	-	-	15.766.290	7.864.259
Contas a receber de partes relacionadas	22.1	5.004.714	5.004.715	-	-
Tributos a recuperar	7	2.311.208	-	3.794.182	1.701.503
Adiantamentos a fornecedores		112.648	112.899	1.779.529	1.627.659
Despesas antecipadas		1.373	-	9.576	3.977.956
Dividendos a receber	22.3	5.040.003	14.086	-	-
Outros ativos		1.000	-	3.400	-
		79.230.627	5.959.042	159.864.850	62.066.263
Não circulante					
Empréstimos a partes relacionadas	22.4	73.573.716	108.723.716	-	-
Tributos a recuperar	7	-	1.595.695	-	1.595.695
Investimentos	8	1.081.396.132	605.372.461	-	-
Imobilizado	9	5.608	5.608	1.482.466.890	1.342.237.551
Intangíveis	10	7.236	7.236	7.236	7.236
Direito de uso	11.1	-	-	607.075	607.075
Outros ativos		-	1.000	-	3.400
		1.154.982.692	715.705.716	1.483.081.201	1.344.450.957
Total de ativos		1.234.213.319	721.664.758	1.642.946.051	1.406.517.220
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Contas a pagar	13	41.404	33.858	28.753.106	25.206.809
Tributos a recolher	12	16.983	4.012	1.787.695	1.861.134
Contas a pagar a partes relacionadas	21.2	-	400	28.817.844	14.899.125
Empréstimos e financiamentos	23	-	-	21.032.300	-
Debêntures a pagar	15	37.760.550	-	37.760.550	-
Impostos a recolher		-	-	2.102.995	159.172
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	80.580	88.348
		37.818.937	38.270	120.335.070	42.214.588
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	23	-	-	322.424.889	-
Debêntures a pagar	15	415.513.666	-	415.513.666	-
Empréstimos com partes relacionadas	22.5	72.704.714	116.204.714	72.704.714	758.177.694
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	421.602	421.602
Impostos diferidos		-	-	485.602	281.562
Passivo para descomissionamento		-	-	2.884.506	-
		488.218.380	116.204.714	814.434.979	758.880.858
Patrimônio líquido					
Capital social	16.1	723.043.324	610.521.902	723.043.324	610.521.902
Prejuízos acumulados		(14.867.322)	(5.100.128)	(14.867.322)	(5.100.128)
Total do patrimônio líquido		708.176.002	605.421.774	708.176.002	605.421.774
Total do passivo e patrimônio líquido		1.234.213.319	721.664.758	1.642.946.051	1.406.517.220

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F2 Holding S.A.
Demonstração do resultado do exercício
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas e custos operacionais					
Receita líquida de vendas	17	-	-	155.630.850	8.153.795
Custos das vendas	18	-	-	(91.289.552)	(7.595.269)
Lucro bruto		-	-	64.341.298	558.526
Despesas gerais e administrativas	19	(1.319.784)	(108.982)	(3.662.265)	(1.933.312)
Equivalência patrimonial	8	17.128.164	(3.281.148)	-	-
Outras receitas e despesas		22.097	-	(49.143)	(146.453)
Lucro (Prejuízo) operacional		15.830.477	(3.390.130)	60.629.890	(1.521.239)
Despesas financeiras	20	(29.896.830)	(1.726.991)	(74.080.353)	(3.366.283)
Receitas financeiras	20	4.299.159	490.264	10.855.802	623.489
Resultado financeiro		(25.597.671)	(1.236.727)	(63.224.551)	(2.742.794)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.767.194)	(4.626.857)	(2.594.661)	(4.264.033)
Imposto renda e contribuição social corrente	21	-	-	(7.009.982)	(81.262)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	(162.551)	(281.562)
Prejuízo do exercício		(9.767.194)	(4.626.857)	(9.767.194)	(4.626.857)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F2 Holding S.A.
*Demonstração do resultado abrangente
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	(9.767.194)	(4.626.857)	(9.767.194)	(4.626.857)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(9.767.194)	(4.626.857)	(9.767.194)	(4.626.857)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.002	473.520.900	(473.271)	473.048.631
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	137.000.000	-	137.000.000
Aumento de capital	610.520.900	(610.520.900)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(4.626.857)	(4.626.857)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	610.521.902	-	(5.100.128)	605.421.774
Aumento de capital	112.521.422	-	-	112.521.422
Prejuízo do exercício	-	-	(9.767.194)	(9.767.194)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	723.043.324	-	(14.867.322)	708.176.002

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(9.767.194)	(4.626.857)	(9.767.194)	(4.626.857)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:					
Depreciação e amortização	18	-	-	44.820.206	2.354.424
Custos sobre empréstimos e debêntures e juros	20	28.646.210	-	69.643.755	1.463.363
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	20	(4.297.964)	(490.264)	(10.854.607)	(623.489)
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	-	-	162.551	281.562
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	-	7.009.982	81.262
Resultado de equivalência patrimonial	8	(17.128.164)	3.281.148	-	-
		(2.547.112)	(1.835.973)	101.014.693	(1.069.735)
Variações dos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes	6	-	-	(7.902.031)	(7.864.259)
Contas a receber de partes relacionadas	22.1	-	(5.004.715)	-	-
Adiantamentos a fornecedores		247	(252)	(151.874)	(1.515.012)
Despesas antecipadas		(1.368)	-	3.968.386	(3.977.956)
Tributos a recuperar	7	(715.513)	(1.588.388)	(496.984)	(3.278.237)
Outros ativos		-	(1.000)	-	(3.400)
Tributos a recolher	12	12.971	3.117	(73.439)	1.744.147
Contas a pagar	13	7.545	3.630	(4.163.505)	37.818.366
Contas a pagar a partes relacionadas	22.2	(400)	-	13.918.720	9.007.759
Caixa gerado (aplicado nas) pelas operações		(696.518)	(6.587.608)	5.099.273	31.931.408
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(5.024.671)	(792.204)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		(3.243.630)	(8.423.581)	101.089.295	30.069.469
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	(259.723.716)	-	-
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas - principal		35.150.000	151.000.000	-	-
Pagamentos na aquisição de imobilizado e intangível	9	-	-	(58.828.939)	(845.103.068)
Redução de capital nas investidas		(364.600.000)	(136.283.500)	-	-
Resgates em títulos e valores mobiliários		(61.633.493)	(337.039)	(80.247.379)	(54.546.845)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(391.083.493)	(245.344.255)	(139.076.318)	(899.649.913)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos obtidos		-	-	327.999.382	-
Empréstimos obtidos de partes relacionadas		-	266.704.714	-	1.060.122.725
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	22.5	(43.500.000)	(150.500.000)	(682.432.610)	(304.985.401)
Pagamento de juros sobre empréstimos – partes relacionadas		-	-	(38.901.959)	(6.747.969)
Pagamento de empréstimos - principal	23	-	-	(312.019)	-
Pagamento de empréstimos – juros	23	-	-	(4.531.527)	-
Captação de debêntures	15.2	440.000.000	-	440.000.000	-
Custos com debêntures		(15.371.994)	-	(15.371.994)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		13.200.000	137.000.000	13.200.000	137.000.000
Custos de transação de empréstimos		-	-	(1.100.668)	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	(16.530.509)
Pagamento de passivo de arrendamento	11.2	-	-	(7.769)	(258.446)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		394.328.006	253.204.714	38.540.836	868.600.400
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		883	(563.122)	553.813	(980.044)
Variação do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		39	563.161	548.033	1.528.077
No final do exercício		922	39	1.101.846	548.033
		883	(563.122)	553.813	(980.044)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F2 Holding S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa

Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado com instrumentos derivativos	-	-	-	7.431.230
Provisão de juros - partes relacionadas	-	-	(16.266.066)	8.332.397
Juros sobre arrendamentos	-	-	-	118.811
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	-	-	839.602	(4.741.586)
IOF	-	-	(411.843)	14.240.592
Outras despesas e receitas financeiras	-	-	(466.572)	1.201.552
Aquisição de imobilizado	13	-	7.709.801	22.044.068
Provisão para desmobilização	-	-	2.884.506	-
Adição de direito de uso e passivo de arrendamento	-	-	-	642.164
Subscrição de capital - Crédito de turbinas	-	473.520.900	99.321.422	473.520.900

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



1 Contexto operacional

A Serra do Seridó F2 Holding S.A. (“Companhia”), constituída por sua única controladora, a EDF EN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, é uma Sociedade anônima de capital fechado, regularmente constituída, regida pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976), com sede e principal estabelecimento na Avenida Almirante Barroso, 00052, sala 1801 e 1802, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20.031-918, constituída em 17 de agosto de 2021. Seu acionista controlador final é a EDF Renouvelables S.A., sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da República Francesa, com sede em Coeur Défense, Tour B, 100, Esplanade du Général de Gaulle, 92932 Paris, la Défense Cedex.

A Companhia tem os propósitos definidos em seu objeto social de participação em outras companhias como acionista e/ou cotista e a produção de energia elétrica de origem e natureza renovável.

Importante citar ainda que os investidores da Companhia garantem a injeção de capital para manutenção de suas atividades e liquidação de suas obrigações.

O projeto entrou em operação comercial total em junho de 2024.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar com todos os compromissos assumidos com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

1.1 Da autorização para operação

O projeto Seridó fase 2 compõe a segunda fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Fase 2, está localizada no município de Junco do Seridó – PB e a autorização para exploração foi adquirida através de Outorga, realizado pela ANEEL.

O projeto está constituído pela Holding e seis companhias: Parque Eólico Serra do Seridó X S.A. (“Seridó X”), Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A. (“Seridó XI”), Parque Eólico Serra do Seridó XII S.A. (“Seridó XII”), Parque Eólico Serra do Seridó XIV S.A. (“Seridó XIV”), Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A. (“Seridó XVI”), Parque Eólico Serra do Seridó XVII S.A. (“Seridó XVII”), que representam os parques eólicos do complexo. Abaixo detalhamento dos projetos:

Contrato / Leilão	Outorga / Leilão	Data da publicação da portaria MME	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade Instalada (MW)	Energia vendida (MW médio)
EOL SERRA DO SERIDÓ X	REA 13.543	31/01/2023	35 anos	6	34,8	9,3033
EOL SERRA DO SERIDÓ XI	REA 14.074	21/03/2023	35 anos	8	46,4	23,4622
EOL SERRA DO SERIDÓ XII	REA 14.075	21/03/2023	35 anos	7	40,6	9,8107
EOL SERRA DO SERIDÓ XIV	REA 14.076	21/03/2023	35 anos	6	34,8	21,1592
EOL SERRA DO SERIDÓ XVI	REA 13.544	31/01/2023	35 anos	8	46,4	11,9613
EOL SERRA DO SERIDÓ XVII	REA 13.545	31/01/2023	35 anos	6	34,8	9,3033

A apuração de energia produzida será mensal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Companhias. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

As seis empresas do complexo Seridó 2 obtiveram, por meio da ANEEL, outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir de sua publicação no D.O., para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas.

Características técnicas do projeto: a expansão também prevê a instalação de subestação de 34,5 kV/500 kV, implantação de 43 km de Rede de Média Tensão (RMT).

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2025.

2.2 Continuidade operacional

A Companhia auferiu prejuízo no montante de R\$ 9.767.194 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (prejuízo de R\$4.626.857 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023), e, nessa data, o ativo circulante consolidado excede o passivo circulante consolidado em R\$ 39.529.780 (o ativo circulante consolidado excedeu o passivo circulante consolidado em R\$ 19.851.675 em 31 de dezembro de 2023).

Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 24.

2.4 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, adiantamento de clientes, transações com partes relacionadas, empréstimos, financiamentos, pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.



Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 24.

2.5 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

(a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em suas controladas são contabilizados através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem:

Empresas constituídas	Participação
Parque Eólico Serra do Seridó X S/A	100%
Parque Eólico Serra do Seridó XI S/A	100%
Parque Eólico Serra do Seridó XII S/A	100%
Parque Eólico Serra do Seridó XIV S/A	100%
Parque Eólico Serra do Seridó XVI S/A	100%
Parque Eólico Serra do Seridó XVII S/A	100%
	100%



(b) **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações com controladas e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre as companhias são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.6 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

2.7 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

Estimativa	Nota Explicativa
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(a)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(b)
Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos	(c)
Valor justo dos instrumentos financeiros	3.1
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.6
Capitalização de custos no ativo imobilizado	3.6
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.8
Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos	3.14

(a) **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Em consonância com o CPC 25, uma provisão só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e,

finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 20).

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

- O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.
- Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.
- Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.
- Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.
- Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

(c) Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito da subsidiária).

2.8 Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Companhia e suas controladas. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.8). Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores, despesas antecipadas, e caixas e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

iii. Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a

pagar com partes relacionadas, adiantamentos de clientes e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.\

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização bem como consideram o provisionamento das receitas excedentes à contratada em leilão. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

3.5 Investimento em controladas

O investimento em controladas (Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

3.6 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A Depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques. Para os ativos atrelados aos parques eólicos, a vida útil estimada é de 25 anos.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

3.7 Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(a) Gastos com projetos eólicos

Os gastos com desenvolvimentos de projetos eólicos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

Os gastos com projetos eólicos compreendem as licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes aos projetos eólicos. Tais

gastos são transferidos para o imobilizado quando a entrada em operação do parque e início de amortização.

(b) Software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.8 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(a) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a

simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A PECLD refere-se a uma estimativa contábil do reconhecimento das perdas de crédito esperadas. A companhia não reconhece a PECLD, visto que os contratos de receitas firmados possuem garantias que suportam a liquidação da receita.

A Companhia possui contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais, não estando exposta assim a elevados riscos de crédito. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros.

(b) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

3.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamentos nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.12 Passivo para descomissionamento

O passivo para descomissionamento é mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização dos parques eólicos, quais sejam: o desmantelamento dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica dos parques, tendo como contrapartida o imobilizado.

As premissas utilizadas são baseadas em informações atuais sobre custos e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração.

3.13 Resultados financeiros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.14 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir

do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas de contratos com clientes de acordo com que estabelece o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”). O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

(a) Receita de geração de energia

A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadriênio contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada, havendo então a possibilidade de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia, que, uma vez materializado, pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.

Os Contratos de Energia Nova e/ou Reserva celebrados entre as controladas da Companhia e as distribuidoras ou CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem faixas para os desvios negativos e positivos, com aplicação de ressarcimento ou receita extra.

Transações de compra e venda de energia elétrica (curto prazo)

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Companhia.

3.15 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real, enquanto as empresas operacionais (controladas) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(a) Lucro presumido

As controladas que são classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(b) Lucro real

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(c) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(d) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.16 Arrendamento

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um passivo de arrendamento (“arrendamento”). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

(a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

(b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

(c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo em seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.17 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia acredite que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras.

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de propriedade, planta e equipamento: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Companhia tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de impairment de 2024, a Companhia considerou expectativas de aumento nos custos

de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso.

3.18 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(a) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

A seguir, apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2024, que não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 26 / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos;
- CPC 03 / IAS 7: Demonstrações do Fluxo de Caixa; e
- CPC 40 / IFRS 7: Instrumentos Financeiros.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

(b) Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 21 - Falta de conversibilidade: Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis,

adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- i. esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
 - ii. esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
 - iii. adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
 - iv. atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").
 - v. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.
- IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza: Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem:

- i. (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use';
- ii. (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge); e
- iii. (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- i. medidas de desempenho definidas pela administração;
- ii. abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e
- iii. para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.



Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Bancos	922	39	1.101.846	548.033
Total	922	39	1.101.846	548.033

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 24.

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Títulos e valores mobiliários	66.758.760	827.303	137.410.027	46.346.853
	66.758.760	827.303	137.410.027	46.346.853

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2024 de 99,00% sobre o DI CETIP ("CDI") rentabilidade do FIC Soberano DI Santander.

As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2024	2023
Contratos de energia de reserva (i)	14.931.651	3.764.915
Contratos de mercado de curto prazo	713.810	2.480.751
Outras contas a receber	120.829	1.618.593
	15.766.290	7.864.259

- (i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser recebido anualmente em 12 parcelas, 24 parcelas ou são compensados através do mecanismo de cessão de energia, ao fim do quadriênio ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais seguintes.
- (ii) Valor proveniente majoritariamente de multas a receber com o fornecedor.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é

administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes

setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de provisão para perda de crédito esperada.

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
IRPJ	37.165	-	196.631	144.877
CSLL	25.086	-	85.864	-
PIS	661	-	197.785	197.104
COFINS	4.038	-	913.751	936.655
ISS	-	-	10.317	-
IRRF	751.043	-	877.853	384.612
Outros	1.493.215	-	1.511.981	38.255
	2.311.208	-	3.794.182	1.701.503
Não Circulante				
PIS	-	472	-	472
COFINS	-	2.903	-	2.903
IOF	-	1.488.793	-	1.488.793
IRRF	-	103.527	-	103.527
	-	1.595.695	-	1.595.695
Total	2.311.208	1.595.695	3.794.182	3.297.198

(i) IOF pago a maior, que será utilizado para compensação e/ou ressarcimento.

Os créditos fiscais acima, em sua maioria, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados, no qual foi constituído saldo negativo da Companhia e estão acrescidos da taxa de juros SELIC, podendo ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8 Investimentos

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.5 (a)).

Serra do Seridó F2 Holding S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Seridó X	Seridó XI	Seridó XII	Seridó XIV	Seridó XVI	Seridó XVII
Saldo em 31/12/2023	85.218.682	139.738.780	99.037.301	84.025.796	112.409.358	84.942.544
Equivalência patrimonial	4.939.239	(2.368.872)	(1.809.160)	(706.112)	9.638.496	7.434.573
Aporte de capital	102.430.724	41.377.609	16.974.031	32.530.724	153.377.610	108.030.725
AFAC	4.400.000	-	-	-	2.300.000	2.500.000
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.107.381)	-	-	-	(2.217.130)	(1.701.405)
Saldo em 31/12/2024	195.881.264	178.747.517	114.202.172	115.850.408	275.508.334	201.206.437
	Seridó X	Seridó XI	Seridó XII	Seridó XIV	Seridó XVI	Seridó XVII
Saldo em 31/12/2022	66.276.364	108.778.194	76.572.981	65.665.858	89.195.537	65.895.261
Equivalência patrimonial	(221.946)	(1.155.108)	138.234	(1.579.552)	(247.751)	(215.025)
Aporte de capital	19.164.264	32.115.694	22.340.172	19.939.490	23.461.572	19.262.308
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(14.086)	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	85.218.682	139.738.780	99.037.301	84.025.796	112.409.358	84.942.544

Abaixo, apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

2024						
	Seridó X	Seridó XI	Seridó XII	Seridó XIV	Seridó XVI	Seridó XVII
Ativo circulante	9.456.100	66.045.842	18.440.645	19.052.431	12.925.249	10.863.272
Ativo não circulante	223.137.172	282.645.335	246.982.143	210.912.982	296.308.027	223.082.699
Passivo circulante	18.218.909	22.060.446	30.468.266	25.921.687	23.025.191	18.970.947
Passivo não circulante	18.493.098	147.883.214	120.752.350	88.193.317	10.699.750	13.768.587
Patrimônio líquido	190.942.027	181.116.390	116.011.333	116.556.521	265.869.839	193.771.864
Resultado	4.939.239	(2.368.872)	(1.809.160)	(706.112)	9.638.496	7.434.573
2023						
	Seridó X	Seridó XI	Seridó XII	Seridó XIV	Seridó XVI	Seridó XVII
Ativo circulante	3.901.964	14.725.151	16.201.075	15.488.139	7.304.651	3.505.054
Ativo não circulante	184.602.353	313.137.529	223.285.233	191.316.600	245.514.224	184.985.483
Passivo circulante	3.313.305	11.490.663	13.257.564	12.081.582	3.701.960	3.350.050
Passivo não circulante	99.972.328	176.633.238	127.191.441	110.697.358	136.707.555	100.197.941
Patrimônio líquido	85.440.630	140.893.888	98.899.066	85.605.347	112.657.110	85.157.570
Resultado	(221.947)	(1.155.107)	138.236	(1.579.549)	(247.750)	(215.025)

Serra do Seridó F2 Holding S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



9 Imobilizado

Consolidado						
2024						
Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferência	Reversão	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
4% a.a.	1.342.231.943	224.525.633	-	(49.769.542)	(44.820.206)	1.472.167.828
	-	7.408.948	-	-	-	7.408.948
	5.608	-	-	-	-	5.608
	-	2.884.506	-	-	-	2.884.506
	<u>1.342.237.551</u>	<u>234.819.087</u>	<u>-</u>	<u>(49.769.542)</u>	<u>(44.820.206)</u>	<u>1.482.466.890</u>
	1.344.589.718					1.529.639.263
	(2.352.167)					(47.172.373)
	<u>1.342.237.551</u>					<u>1.482.466.890</u>

Consolidado						
2023						
Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Transferência	Reversão	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
4% a.a.	-	-	1.344.584.110	-	(2.352.167)	1.342.231.943
	377.010.186	-	(377.010.186)	-	-	-
-	18.319.682	911.352.446	(929.666.520)	-	-	5.608
	11.324.408	26.582.996	(37.907.404)	-	-	-
	<u>406.654.276</u>	<u>937.935.442</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.352.167)</u>	<u>1.342.237.551</u>
	406.654.276					1.344.589.718
	-					(2.352.167)
	<u>406.654.276</u>					<u>1.342.237.551</u>

(i) Referem-se aos custos capitalizados, com base na evidência de benefício econômico futuro, durante a fase de desenvolvimento e construção dos parques eólicos e que são necessários para colocar o ativo no local e em condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração. Foram capitalizados despesas e receitas financeiras, tais como despesas bancárias, IOF, juros e rendimentos sobre o montante captado para construção dos ativos.

A Companhia efetuou uma avaliação de indicativos de *impairment* para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização para os seus ativos.

10 Intangível

Consolidado				
2024				
Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2024
Serido XI (ii)	-	3.578	-	3.578
Serido XII (ii)	-	3.658	-	3.658
Total		7.236	-	7.236
Custo	7.236			7.236
Amortização acumulada	-			-
Intangível líquido	7.236			7.236

Consolidado				
2023				
Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2023
Gastos com projetos eólicos (i)	-	81.489.716	(81.489.716)	-
Serido XI (ii)	-	3.578	-	3.578
Serido XII (ii)	-	3.658	-	3.658
Total		81.496.952	(81.489.716)	7.236
Custo	81.496.952			7.236
Amortização acumulada	-			-
Intangível líquido	81.496.952			7.236

- (i) Os gastos com projetos eólicos compreendem licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários, dentre outras autorizações e outros gastos pertinentes aos projetos eólicos. Esses gastos foram incorporados ao ativo imobilizado ao longo de 2023.
- (ii) As empresas EOL Seridó XI e XII tinham em sua composição acionária até 2021 a EDF EN do Brasil Participações Ltda., em novembro de 2021 ocorreu uma reestruturação acionária, na qual a EDF transferiu integralmente suas cotas para a Serra do Seridó F2 Holding S.A.

11 Direito de uso e passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes (sem considerar reajustes inflacionários futuros), descontados à taxa incremental nominal de 15,56% a.a. obtida com base nos seus respectivos empréstimos. Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente, e, quando aplicável, ajustados pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não reconheceu despesas com arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor, ou despesas com pagamentos variáveis não incluídos na mensuração de passivo de arrendamento.

Os ativos de direito de uso, referem-se a contratos firmados com proprietários de terrenos, por onde passam as instalações dos parques eólicos, e tem duração mínima de 360 meses.



Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 9 (nove) contratos de arrendamento reconhecidos em seu balanço patrimonial, a seguir:

11.1 Direito de uso

	Consolidado			
	2024			
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Arrendamento de imóveis	607.075	-	-	607.075
	607.075	-	-	607.075

11.2 Passivo de arrendamento

	Consolidado				
	2024				
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Arrendamento de imóveis	509.950	-	-	(7.769)	502.181
	509.950	-	-	(7.769)	502.181
Circulante	88.348				80.580
Não circulante	421.602				421.602

12 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PIS sobre faturamento	2.040	328	213.263	252.447
COFINS sobre faturamento	12.552	1.997	987.429	1.165.530
Tributos retidos na fonte	2.391	1.687	584.505	443.157
ICMS	-	-	2.498	-
	16.983	4.012	1.787.695	1.861.134

Os impostos e contribuições acima demonstrados foram liquidados no ano subsequente a cada exercício demonstrado acima.

13 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Serviços prestados	41.404	33.858	422.785	3.134.723
Aquisição de imobilizado (i)	-	-	7.709.801	22.044.068
Serviços de manutenção	-	-	8.092.014	-
Mercado de curto prazo a pagar	-	-	25.164	-

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



TUST	-	-	11.696.150	-
Custo com energia elétrica	-	-	23.119	28.018
Outros	-	-	784.073	-
	41.404	33.858	28.753.106	25.206.809

(i) Refere-se a aquisição de equipamentos para construção do parque eólico das investidas.

14 Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia possui processos avaliados como perda possível, e, portanto, não estão registrados contabilmente, nos seguintes montantes:

	Controladora		Consolidada	
	2024	2023	2024	2023
Tributários	-	-	175.166	175.166
	-	-	175.166	175.166

14.1 Tributário

O processo refere-se a uma cobrança de multa equivalente a 100% do valor do ISS recolhido em atraso, a Companhia entrou com impugnação baseado no entendimento da desproporcionalidade da multa aplicada.

15 Debêntures

Em 13 de maio de 2024 a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários.

15.1 Linha de crédito

	Controladora e Consolidado			
	Moeda	Encargos anuais	Vencimento	2024
Debêntures – principal	R\$	CDI + 0,4%	2024	440.000.000
Debêntures – juros		-	-	27.328.505
Custos de captação		-	-	(14.054.289)
				453.274.216
Passivo circulante				37.760.550
Passivo não circulante				415.513.666

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



15.2 Movimentação

das debêntures

A movimentação das debêntures encontra-se evidenciada abaixo:

Saldo inicial em 01/01/2024	-
(+) Aquisição principal	440.000.000
(+) Juros apropriados	27.328.505
(-) Amortização juros	-
(-) Amortização principal	-
(-) Custo a amortizar	(14.054.289)
Saldo final em 31/12/2024	<u>453.274.216</u>

Covenants

A não observância do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) Consolidado e de dividendos de no mínimo 1,20 poderá acarretar deliberação de vencimento antecipado em Ata de Assembleia Geral de Debenturistas. A apuração do ICSD Consolidado tem início no ano de 2025.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida não descontados (principal e juros) a longo prazo são os seguintes:

	Debêntures	Estrutura gerencial	
		1/1/2026	31/12/2026
2026	68.535.525	1/1/2027	31/12/2027
2027	68.215.494	1/1/2028	31/12/2028
2028	68.377.288	1/1/2029	31/12/2029
2029	67.334.551	1/1/2030	31/12/2042
2030 – 2042	786.737.899		
Total	<u>1.059.200.758</u>		

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 723.043.324 (R\$ 610.521.902 em 2023), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 723.043.324 (610.521.902 em 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	Participação%	2024	2023
Acionistas			
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	100%	723.043.324	610.521.902
		<u>723.043.324</u>	<u>610.521.902</u>

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



17 Receitas de vendas

	Consolidado	
	2024	2023
Receita bruta de vendas de energia	160.301.712	8.462.683
Receita bruta	160.301.712	8.462.683
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(831.792)	(55.007)
COFINS	(3.839.070)	(253.881)
Total das deduções da receita bruta	(4.670.862)	(308.888)
Receita líquida	155.630.850	8.153.795

No último trimestre de 2023 as SPEs Serra do Seridó XI e Serra do Seridó XIV entraram em operação comercial, enquanto as SPEs Serra do Seridó X, Serra do Seridó XII, Serra do Seridó XVI e Serra do Seridó XVII entraram em operação em 2024, passando a gerar receita nos últimos exercícios.

18 Custos

	Consolidado	
	2024	2023
Custos operacionais		
Seguros	(1.778.513)	-
Custos com aluguéis	(2.297.264)	-
Custo com mercado de curto prazo - MCP	(9.070.598)	(70.601)
Aquisição de energia elétrica	(7.083.931)	-
Outros custos e serviços	(108.095)	-
	(20.338.401)	(70.601)
Impostos e taxas		
TUSD	(13.230.510)	(3.017.306)
Taxa de regulamentação	(220.478)	(120.783)
Impostos e taxas diversas	(3.850)	-
	(13.454.838)	(3.138.089)
Serviços de terceiros		
Serviços de consultoria	(10.317)	(40.393)
Manutenção das instalações	(8.297.748)	(863.855)
Serviços de telecomunicações	(428.555)	-
Outros serviços	-	(2.110)
	(8.736.620)	(906.358)
Depreciação e amortização		



Custo com depreciação	(44.820.206)	(2.352.167)
Custo com depreciação do direito de uso	-	(2.257)
	(44.820.206)	(2.354.424)
Rateio de custos		
Salários	(3.714.669)	(913.318)
Previdência social	-	(212.479)
Serviços prestados pelo exterior	(224.818)	-
	(3.939.487)	(1.125.797)
Total dos custos de vendas	(91.289.552)	(7.595.269)

19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas administrativas				
Despesas legais	(111.043)	-	(333.927)	(223.422)
Seguros (Despesas)	(1.368)	-	(9.576)	-
Outras despesas administrativas	-	(1.588)	(99.038)	(101.288)
	(112.411)	(1.588)	(442.541)	(324.710)
Impostos e taxas				
Multas	(13.948)	-	(161.820)	(403.453)
Imposto e taxas diversas	(160.255)	-	(506.405)	(6.572)
	(174.203)	-	(668.225)	(410.025)
Despesas com serviços prestados				
Honorários de contadores	(67.101)	(47.797)	(469.709)	(464.016)
Serviços de consultoria	(867.863)	-	(1.368.651)	(81.980)
Honorários de auditores	(98.206)	(51.709)	(250.125)	(117.064)
Honorários de advogados	-	-	-	(169.253)
Serviços de vigilância	-	-	(135.932)	-
Serviços de informática	-	-	(11.894)	-
Outros serviços (Despesas)	-	(7.888)	(48.944)	(7.888)
	(1.033.170)	(107.394)	(2.285.255)	(840.201)
Rateio de despesas				
Salários	-	-	-	(155.808)
Outros rateios	-	-	(209.419)	-
Serviços prestados pelo exterior	-	-	-	(119.865)
Impostos e taxas diversas	-	-	(56.825)	-
Outros custos	-	-	-	(82.703)
	-	-	(266.244)	(358.376)
Total das despesas administrativas	(1.319.784)	(108.982)	(3.662.265)	(1.933.312)

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Rendimento de títulos e valores mobiliários	4.297.964	490.264	10.854.607	623.489
Variações cambiais ativas	1.195	-	1.195	-
	4.299.159	490.264	10.855.802	623.489
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos - parte relacionada	-	-	(19.595.524)	-
Juros de empréstimos e debentures	(27.328.505)	-	(48.166.225)	(1.455.942)
Juros sobre arrendamentos	-	-	-	(7.421)
Juros sobre outras operações	(6.244)	(1.643.500)	(43.126)	(1.643.500)
Despesas bancárias	(727.213)	-	(1.024.212)	-
Garantias	-	-	(2.091)	-
Despesas com IOF	(317.308)	(58.579)	(842.911)	(233.821)
Custos com empréstimos e debêntures	(1.317.705)	-	(1.882.006)	-
Tributos sobre receitas financeiras	(199.855)	(22.798)	(199.855)	(22.798)
Outras despesas financeiras	-	(2.114)	(2.324.403)	(2.801)
	(29.896.830)	(1.726.991)	(74.080.353)	(3.366.283)
Resultado financeiro	(25.597.671)	(1.236.727)	(63.224.551)	(2.742.794)

21 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido. Nos exercícios de 2023 e 2022, a controladora não apurou lucro tributável para fins de apuração de IRPJ e CSLL, não havendo valores devidos.

Em 2023, as despesas de imposto de renda e contribuição social das companhias controladas sobre as receitas financeiras foram computadas no ativo imobilizado, como parte do custo de construção do parque eólico.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes do imposto	(9.767.194)	(4.626.857)	(2.594.661)	(4.264.033)
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	(3.320.846)	(1.449.772)	(882.185)	(1.449.771)
Resultados de controladas por equivalência	(5.823.576)	1.115.589	-	-
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	9.144.422	334.183	9.144.422	334.183
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(1.089.704)	1.478.412

Serra do Seridó F2 Holding S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Encargo fiscal	-	-	7.172.533	362.824
Despesa com IR e CS correntes	-	-	(7.009.982)	(81.262)
Despesa com IR e CS diferidos (i)	-	-	(162.551)	(281.562)
	-	-	(7.172.533)	(362.824)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	0,0%	-276,4%	8,5%

	Consolidado	
	2.024	2023
<u>Imposto por natureza</u>		
IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	4.494.846	36.733
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	2.514.724	44.529
IRPJ e CSLL sobre outras receitas	412	-
	7.009.982	81.262

22 Transações com partes relacionadas

22.1 Contas a receber

	Controladora	
	2024	2023
Parque Eólico Serra do Seridó X S/A	628.412	628.412
Parque Eólico Serra do Seridó XI S/A	1.119.359	1.119.359
Parque Eólico Serra do Seridó XII S/A	930.836	930.836
Parque Eólico Serra do Seridó XIV S/A	824.791	824.791
Parque Eólico Serra do Seridó XVI S/A	869.958	869.958
Parque Eólico Serra do Seridó XVII S/A	631.358	631.359
	5.004.714	5.004.715

22.2 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
EDF EN do Brasil Participações Ltda. (i)	-	400	28.817.844	14.899.125
	-	400	28.817.844	14.899.125

(i) Contrato de compartilhamento de custos entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração da usina eólica. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos e indiretos, despesas

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



administrativas e despesas de deslocamento. Os valores em aberto são referentes às despesas de rateio da EDF EN Brasil cuja liquidação é esperada para o exercício de 2025.

22.3 Dividendos a receber

	Controladora	
	2024	2023
Parque Eólico Serra do Seridó X S/A	1.107.381	-
Parque Eólico Serra do Seridó XVI S/A	2.217.129	-
Parque Eólico Serra do Seridó XII S/A	1.715.493	14.086
	5.040.003	14.086

22.4 Empréstimos a receber – partes relacionadas

	Controladora	
	2024	2023
Parque Eólico Serra do Seridó X S/A	18.011.964	22.111.964
Parque Eólico Serra do Seridó XI S/A	16.940.060	22.590.060
Parque Eólico Serra do Seridó XII S/A	9.406.471	21.806.471
Parque Eólico Serra do Seridó XIV S/A	5.903.202	12.303.201
Parque Eólico Serra do Seridó XVI S/A	10.047.187	13.647.187
Parque Eólico Serra do Seridó XVII S/A	13.264.832	16.264.833
	73.573.716	108.723.716

Os empréstimos com partes relacionadas possuem vencimento em 31/12/2026.

Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos concedido pela controladora às partes relacionadas:

	Seridó X	Seridó XI	Seridó XII	Seridó XIV	Seridó XVI	Seridó XVII	Total
Saldo em 31/12/2023	22.111.963	22.590.060	21.806.471	12.303.202	13.647.187	16.264.833	108.723.716
(+) Aquisição de principal	-	-	-	-	-	-	-
(+) Juros apropriados	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização principal	(4.100.000)	(5.650.000)	(12.400.000)	(6.400.000)	(3.600.000)	(3.000.000)	(35.150.000)
(-) Amortização Juros	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	18.011.963	16.940.060	9.406.471	5.903.202	10.047.187	13.264.833	73.573.716

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	Seridó X	Seridó XI	Seridó XII	Seridó XIV	Seridó XVI	Seridó XVII	Total
Saldo em 31/12/2022	-	-	-	-	-	-	-
(+) Aquisição de principal	32.611.963	58.090.060	48.306.471	42.803.202	45.147.187	32.764.833	259.723.716
(+) Juros apropriados	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização principal	(10.500.000)	(35.500.000)	(26.500.000)	(30.500.000)	(31.500.000)	(16.500.000)	(151.000.000)
(-) Amortização Juros	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	22.111.963	22.590.060	21.806.471	12.303.202	13.647.187	16.264.833	108.723.716

22.5 Empréstimos a pagar – partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	72.704.714	116.204.714	72.704.714	149.164.531
EDF EN FUNDING	-	-	-	609.013.163
	72.704.714	116.204.714	72.704.714	758.177.694

Os empréstimos com partes relacionadas possuem vencimento em 31/12/2026.

Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos concedido pela controladora às partes relacionadas:

	Controladora	Consolidado
Saldo final em 31/12/2023	116.204.714	758.177.694
(+) Juros apropriados	-	35.861.589
(-) Amortização principal	(43.500.000)	(682.432.611)
(-) Amortização Juros	-	(38.901.959)
Saldo final em 31/12/2024	72.704.714	72.704.713

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 01/01/2023	-	-
(+) Aquisição de principal	266.704.714	1.060.122.725
(+) Juros capitalizado	-	9.788.339
(-) Amortização principal	(150.500.000)	(304.985.401)
(-) Amortização Juros	-	(6.747.969)
Saldo final em 31/12/2023	116.204.714	758.177.694

22.6 Remuneração do pessoal chave da Administração



Durante os exercícios de 2024 e 2023 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora da Companhia, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nestes períodos.

23 Empréstimos e financiamentos

a) BNB:

Em 31 de outubro de 2023, as Companhias controladas, Seridó XI, Seridó XII e Seridó XIV firmaram contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 329.998.623,01, dos quais R\$ 299.998.623,01 foram obtidos mediante linha de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e R\$ 30.000.000,00 da linha de crédito fornecida pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Até 31 de dezembro de 2024, houve a liberação de R\$ 327.562.545,67, com 297.562.545,67 referente ao FNE e R\$ 30.000.000,00 referente ao AFD.

O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque eólico.

Para a linha de crédito do FNE sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 4,37% a.a., com exigibilidade mensal, após o término do período de carência, em 15 de dezembro de 2024. O valor do principal será amortizado em 252 prestações mensais.

Para a linha de crédito AFD sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 11% a.a., com exigibilidade semestral, a partir de 15 de abril de 2024. O valor do principal será amortizado em 20 prestações semestrais, iniciando o pagamento do principal em 15 de abril de 2025.

Abaixo, apresentamos as principais características:

	Moeda	Encargos anuais	Vencimentos	2024
Principal BNB PROINFRA	R\$	IPCA+2,21%	2024 a 2045	297.674.896
Juros				15.350.172
Custos de captação		IPCA+2,59%	2024 a 2042	(536.366)
Principal - AFD				30.012.468
Juros - AFD				956.019
				343.457.189
Passivo circulante				21.032.300
Passivo não circulante				322.424.889

A movimentação dos empréstimos encontra-se apresentada abaixo:

Saldo inicial em 01/01/2024	-
(+) Aquisição principal	327.999.382
(+) Juros apropriados	20.837.719
(-) Amortização juros	(4.531.527)

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



(-) Amortização principal	(312.019)
(-) Custo a amortizar	(536.366)
Saldo final em 31/12/2024	343.457.189

Garantias

O empréstimo conta com fianças bancárias emitidas pelo banco Bradesco.

Covenants

A não observância do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) Consolidado e de dividendos poderá acarretar deliberação de vencimento antecipado em Ata de Assembleia Geral de Debenturistas. A apuração do ICSD Consolidado tem início no ano de 2025.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida não descontados (principal e juros) a longo prazo são os seguintes:

	Empréstimos e financiamentos
2026	31.310.630
2027	34.564.043
2028	35.136.264
2029	34.519.188
2030 - 2045	497.407.205
Total	632.937.330

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 – Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 – Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 – Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

Serra do Seridó F2 Holding S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	922	39	1.101.846	548.033
Contas a receber	-	-	15.766.290	7.864.259
Adiantamentos a fornecedores	112.648	112.899	1.779.529	1.627.659
Contas a receber de partes relacionadas	5.004.714	5.004.715	-	-
Despesas antecipadas	1.368	-	9.576	3.977.956
Empréstimos a partes relacionadas	73.573.716	108.723.716	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	66.758.760	827.303	137.410.027	46.346.853
Passivos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Contas a pagar	41.404	33.858	28.753.106	25.206.809
Contas a pagar a partes relacionadas	-	400	28.817.844	14.899.125
Empréstimos e financiamentos	-	-	343.457.189	-
Empréstimos com partes relacionadas	72.704.714	116.204.714	72.704.714	758.177.694
Debêntures a pagar	453.274.216	-	453.274.216	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	-	-	502.183	509.950
Passivo para descomissionamento	-	-	2.884.506	-

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Títulos e valores mobiliários - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas, dividendos a receber e a pagar, depósitos judiciais e adiantamentos a fornecedores e de clientes - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor



original,
deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.

- Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Companhia, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

24.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras,

a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	Controladora			
	2024		2023	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	41.404	-	33.858	-
Contas a pagar a Partes relacionadas	-	-	400	-
Debêntures a pagar	64.120.553	1.059.200.758	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	72.704.714	-	-	116.204.714
	136.866.671	1.059.200.758	34.258	116.204.714

A Administração avaliou, segundo sua política de PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) e, com base no CPC 48, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

24.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia tem seu passivo substancialmente indexado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e no mercado inflacionário com a correção dada pelo mesmo índice, motivo pelo qual apresentamos análise de



sensibilidade

da exposição no item (24.5) desta nota.

24.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Companhia efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros, com liquidez diária, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates, de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	Consolidado			
	2024		2023	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	28.753.106	-	25.206.809	-
Contas a pagar a partes relacionadas	28.817.844	-	14.899.125	-
Empréstimos e financiamentos	30.897.869	632.937.330	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	72.704.714	-	758.177.694
Debêntures a pagar	64.120.553	1.059.200.758	-	-
Passivo de arrendamento	7.769	201.994	258.446	6.978.042
Passivo para descomissionamento	-	2.884.506	-	-
	152.597.141	1.767.929.301	40.364.380	765.155.736

24.4 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofrerem impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

24.5 Gestão de capital

A Companhia obtém recursos através do aporte de seus acionistas. O projeto pode contar ainda com a emissão de debêntures para compor seu portfólio de financiamento e fazer frente ao seu capital de giro e compromissos financeiros assumidos.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2024,



com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2025 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 30 de dezembro de 2024, cuja valor definido foi de 4,99% a.a., sendo esta definida como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto).

Abaixo, o resultado:

Operação	Saldo de Financiamento		Juros Projetados para 2025		
Passivos financeiros	2024	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Debentures	453.274.216	IPCA	53.833.707	59.467.784	65.097.466
EDF Funding	72.704.714	IPCA	38.901.959	48.627.449	58.352.938

25 Compromissos assumidos

25.1 Compromissos com fornecedores

A Companhia possui contratos assinados para fornecimento de equipamentos para o ano de 2025, celebrados substancialmente em reais, cujos valores estão distribuídos da seguinte forma:

	2025
WTG – Fornecimento de turbinas	11.739.287
Electrical - Serviços de instalação e montagem elétrica	1.329.259
Civil – Serviços de Construção	6.035.310
	19.103.856

25.2 Contratos de venda de energia elétrica

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme contratos celebrados, demonstrado abaixo:

		SDS XI		SDS XII	
		2025	2026-2037	2025	2026-2037
ACL	Volume [MWh]	200.030	2.139.373	190.125	1.492.555
	Preço [R\$/MWh]	194	188	205	182
	Subtotal [R\$]	38.883.597	401.416.070	39.026.997	271.451.573
	Total [R\$]	38.883.597	401.416.070	39.026.997	271.451.573
		SDS XIV		SDS X	
		2025	2026-2037	2025	2026-2037
ACL	Volume [MWh]	119.971	1.283.118	152.732	1.199.009
	Preço [R\$/MWh]	194	188	205	182

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Subtotal [R\$]	23.320.958	240.754.660	31.351.422	218.064.251
Total [R\$]	23.320.958	240.754.660	31.351.422	218.064.251
	SDS XVI		SDS XVII	
	2025	2026-2037	2025	2026-2037
Volume [MWh]	208.207	1.634.507	154.189	1.210.447
Preço [R\$/MWh]	205	182	205	182
ACL Subtotal [R\$]	42.738.747	297.268.585	31.650.500	220.144.481
Total [R\$]	42.738.747	297.268.585	31.650.500	220.144.481

26 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 3.208.530.354 tendo como vigência o período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024. Por oportunidade e necessidade, e com a mesma cobertura e vigência, o seguro foi renovado para o período 31 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2025.

Coberturas	Importância seguradas
Lucro cessantes e danos materiais	R\$ 3.208.530.354

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 94.179.245 tendo como vigência o período de 31 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2025.

Coberturas	Importâncias seguradas
Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil Cruzada, poluição súbita e acidental	R\$ 94.179.245

27 Eventos subsequentes

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



- Em 2 de janeiro de 2025, o Grupo teve a liberação do último desembolso do BNB da SDS 12 no valor de R\$ 1.999.241,37;
- Ocorreram pagamentos de mútuo das SPEs do projeto para a Serra do Seridó F2 Holding, conforme tabela abaixo;

Remetente	Recebedor	Valor	Data	Descrição
P E SERRA DO SERIDO X S.A.	SERRA DO SERIDO F2 HOLDING S.A.	1.000.000,00	10/02/2025	Mútuo
P E SERRA DO SERIDO XI S.A.	SERRA DO SERIDO F2 HOLDING S.A.	2.000.000,00	10/02/2025	Mútuo
P E SERRA DO SERIDO XII S.A.	SERRA DO SERIDO F2 HOLDING S.A.	1.000.000,00	10/02/2025	Mútuo
P E SERRA DO SERIDO XIV S.A.	SERRA DO SERIDO F2 HOLDING S.A.	1.500.000,00	10/02/2025	Mútuo
P E SERRA DO SERIDO XVI S.A.	SERRA DO SERIDO F2 HOLDING S.A.	1.130.041,88	23/01/2025	Mútuo
P E SERRA DO SERIDO XVI S.A.	SERRA DO SERIDO F2 HOLDING S.A.	1.000.000,00	10/02/2025	Mútuo
P E SERRA DO SERIDO XVII S.A.	SERRA DO SERIDO F2 HOLDING S.A.	1.000.000,00	10/02/2025	Mútuo
SERRA DO SERIDO F2 HOLDING S.A.	EDF EN DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA	20.000.000,00	23/01/2025	Mútuo
SERRA DO SERIDO F2 HOLDING S.A.	EDF EN DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA	1.130.041,88	23/01/2025	Mútuo
SERRA DO SERIDO F2 HOLDING S.A.	EDF EN DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA	4.244.943,89	23/01/2025	Mútuo
SERRA DO SERIDO F2 HOLDING S.A.	EDF EN DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA	47.329.728,19	25/01/2025	Conversão de Mútuo P/ Equity

- Em 23 de janeiro de 2025 a Serra do Seridó F2 Holding realizou o pagamento parcial do saldo de mútuo com a EDF EN do Brasil no montante de R\$25.374.985,77, conforme tabela abaixo;
- Em 25 de janeiro de 2025 ocorreu a integralização de capital pela EDF EN do Brasil do saldo de mútuo no montante de R\$47.329.728,19, conforme tabela demonstrada acima.
- Com a integralização do saldo do mútuo referenciada acima, a Serra do Seridó F2 Holding quitou 100% do mútuo que detinha com a sua Holding EDF EN do Brasil;
- Com a operação acima descrita o Capital Social da Serra do Seridó F2 Holding passou de R\$723.043.324,00 em 31 de dezembro de 2024 para R\$770.373.052,00 em 25 de janeiro de 2025.

Certificate Of Completion

Envelope Id: C50D2026-F55C-4E50-A942-2E9BEFD129EC		Status: Completed
Subject: Complete with Docusign: DF's_Serra do Seridó F2 Holding_Dez_2024..pdf		
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)		
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables		
Source Envelope:		
Document Pages: 52	Signatures: 1	Envelope Originator:
Certificate Pages: 2	Initials: 0	Felipe Azevedo
AutoNav: Enabled		Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º
Envelopeld Stamping: Enabled		andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia		São Paulo, São Paulo 04538-132
		felipe.azevedo@pwc.com
		IP Address: 134.238.159.50

Record Tracking

Status: Original	Holder: Felipe Azevedo	Location: DocuSign
28 March 2025 17:11	felipe.azevedo@pwc.com	
Status: Original	Holder: CEDOC Brasil	Location: DocuSign
28 March 2025 18:11	BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	

Signer Events

Signer Events	Signature	Timestamp
Patrício Marques Roche patricio.roche@pwc.com Sócio PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate	DocuSigned by:  AA780542972D492... Signature Adoption: Drawn on Device Using IP Address: 134.238.160.200	Sent: 28 March 2025 17:15 Viewed: 28 March 2025 18:09 Signed: 28 March 2025 18:11
Signature Provider Details: Signature Type: ICP Smart Card Signature Issuer: AC SyngularID Multipla		
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via Docusign		

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
-------------------------	-----------	-----------

Editor Delivery Events	Status	Timestamp
------------------------	--------	-----------

Agent Delivery Events	Status	Timestamp
-----------------------	--------	-----------

Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
------------------------------	--------	-----------

Certified Delivery Events	Status	Timestamp
---------------------------	--------	-----------

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
--------------------	--------	-----------

Felipe Azevedo felipe.azevedo@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 28 March 2025 18:11 Viewed: 28 March 2025 18:11 Signed: 28 March 2025 18:11
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via Docusign		

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	28 March 2025 17:15
Certified Delivered	Security Checked	28 March 2025 18:09
Signing Complete	Security Checked	28 March 2025 18:11
Completed	Security Checked	28 March 2025 18:11
Payment Events	Status	Timestamps